

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



* Obra editada e publicada em novembro de 2017



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Mauro Augusto
Burkert Del Pino
Vice-Reitora: Profa. Dra. Denise
Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Denise
Marcos Bussolleti

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Alvaro Luiz Moreira
Hypolito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr.
Luciano Volcan Agostini

Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz
Osório Rocha dos Santos

Pró-Reitor de Recursos Humanos: Sérgio Eloi Teixeira
Wotter

Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Evaldo Tavares Kruger

Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Ediane Sievers
Acunha

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr. Aulus
Mandagará Martins

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.
Francisca Ferreira Michelin | Prof. Dr. Vítor Hugo Borba
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof. Dr.
Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera Lucia
Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profa. Dra. Beatriz Ana Loner

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnicos Administrativos:

Veronica Medeiros dos Santos

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Beatriz Ana Loner

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPE)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2014*

ISSN – 1516-2095

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de
Ciências Humanas. Universidade Federal de
Pelotas. v.20, (dez. 2014). – Pelotas: Editora
da UFPel, 2014f.
1v.

Annual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center

**PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** Obra editada e publicada em novembro de 2017**

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 05 |
| ENTRE VIRGENS VIDENTES E LÍDERES CABOCLAS: BREVE ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO | |
| <i>BETWEEN VIRGINS SEERS AND LEADERS CABOCLAS: BRIEF STUDY ON THE PARTICIPATION OF WOMEN IN THE CONTESTED SERTANEJA WAR</i> | |
| Rita Inês Petrykowski Peixe Analice Dutra Pillar | 07 |
| A BATALHA DO IRANI: CONSTRUÇÕES DE LEMBRANÇAS | |
| <i>THE BATTLE OF IRANI: BUILDING MEMORIES</i> | |
| Celso Vianna Bezerra de Menezes | 25 |
| O TEMPO MESSIÂNICO: UMA ANÁLISE HISTÓRIA E CULTURAL DO MESSIANISMO CAMPESSINO NO CONTESTADO (1912-1916) | |
| <i>THE MESSIANIC TIME: AN HISTORICAL AND CULTURAL ANALYSIS OF THE PEASANT MESSIANISM IN CONTESTADO WAR</i> | |
| Rui Bragado Sousa | 37 |
| ETNICIDADE E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO DOS CASOS DE MAUS TRATOS E MORTES DE IMIGRANTES ESTRANGEIROS NA REGIÃO DO CONTESTADO (1908 – 1916) | |
| <i>ETHNICITY AND VIOLENCE: A STUDY OF CASES OF MISTREATMENT AND DEATHS OF FOREIGN IMMIGRANTS IN THE REGION OF THE CONTESTED (1908 - 1916)</i> | |
| Viviani Poyer | 68 |
| O MOVIMENTO DO CONTESTADO ATRAVÉS DE FONTES JORNALÍSTICAS: O CASO DO JORNAL “A FEDERAÇÃO” (PORTO ALEGRE, 1912-1916) | |
| <i>THE CONTESTADO MOVEMENT THROUGH JOURNALISTIC SOURCES: THE NEWSPAPER CASE “THE FEDERATION” (PORTO ALEGRE, 1912 – 1916)</i> | |
| Márcia Janete Espig | 82 |

**A QUESTÃO DE LIMITES E OS USOS E "PERMANÊNCIAS" DOS MAPAS DO
CONTESTADO NA CARTOGRAFIA PARANAENSE**

*A QUESTION OF LIMITS AND USES AND "CONTINUITIES" OF THE CONTESTADO'S
MAPS IN THE CARTOGRAPHY OF THE PARANÁ*

Luiz Carlos da Silva
Roseli Boschilia 95

**TERRA E RESISTÊNCIA: AS DISPUTAS FUNDIÁRIAS NOS VALES DOS RIOS
NEGRO E IGUAÇU E SUA INFLUÊNCIA NA ADESÃO AO MOVIMENTO
SERTANEJO DO CONTESTADO, (1889-1917)**

*LAND AND RESISTANCE: THE LAND DISPUTES IN THE VALLEYS OF RIVERS
NEGRO AND IGUAÇU AND ITS INFLUENCE IN THE ADHESION TO THE BACKLAND
MOVEMENT OF CONTESTADO (1889-1917)*

Alexandre Assis Tomporoski
Soeli Regina Lima 108

**OS SISTEMA DE TRABALHO ATRAVÉS DOS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DE
TERRAS, LAGES-SC (FINAL DO SÉCULO XIX - INÍCIO DO SÉCULO XX)**

*SYSTEMS WORK THROUGH THE PROCESS OF LAND LEGITIMATION, LAGES - SC
(END OF THE CENTURI XIX - EARLY XX)*

Janaina Neves Maciel 119

SENSIBILIZANDO O OLHAR: O CONFLITO DO CONTESTADO NA SALA DE AULA

SENSITIZING THE LOOK: THE CONFLICT OF CONTESTADO IN THE CLASSROOM

Mariana Carmona Braga
Raisa Sagredo 133

**SINGULAR, EXEMPLAR E UNIVERSAL. CRIMES E CASTIGOS NA CAMPANHA DO
CONTESTADO**

*UNIQUE, EXEMPLARY AND UNIVERSAL. CRIME AND PUNISHMENT IN
CONTESTADO WAR*

Rogério Rosa Rodrigues 144

A QUESTÃO DE LIMITES E OS USOS E "PERMANÊNCIAS" DOS MAPAS DO CONTESTADO NA CARTOGRAFIA PARANAENSE¹

A QUESTION OF LIMITS AND USES AND "CONTINUITIES" OF THE CONTESTADO'S MAPS IN THE CARTOGRAPHY OF THE PARANÁ

Luiz Carlos da Silva²
Roseli Boschilia³

Resumo: Seja pela aparente “naturalidade” de sua existência e uso, seja pelo descaso com que muitas vezes olhamos para um mapa, deixamos escapar as características de sua confecção e da dinâmica de sua utilidade. Em nada inocente, a produção cartográfica segue imbricada com determinações políticas e militares e mais do que “reproduzir” algo dado, determina olhares sobre uma área, abraçando um território sob pressupostos ideológicos. Ao nos debruçarmos sobre os mapas idealizados no Paraná no correr da longa Questão de Limites, percebemos o desenrolar das tensões geopolíticas existentes com Santa Catarina. Há ainda uma certa “permanência” do assunto na confecção de mapas posteriores ao Acordo bem como a constante “ressurgência”, como diria Georges Duby, dessa cartografia datada. É sobre a dinâmica de sua gênese e de seus usos que queremos desenvolver algumas reflexões, procurando demonstrar a importância desse material visual para o estudo das questões acerca do Contestado.

Palavras-chave: Questão de Limites, cartografia, representações

Introdução: Mapas: uma realidade desejada

Escreveu certa vez o historiador paranaense David Carneiro que “todo paranaense sabe que foi espoliado de patrimônio que era seu, e que sempre foi legitimamente seu, por direito de descoberta e de conquista”. Mais adiante afirmava que “Os mapas antigos constituem eloquentes demonstrações a favor do Paraná espoliado. Os espanhóis, designando-nos a nós como confinantes, chamavam ‘Campos de Vacaría’ aos do planalto do Rio Grande, e ‘Campos

¹ Este artigo é resultado de uma primeira abordagem destas fontes e faz parte de pesquisa sobre a “memória histórica” do Contestado no PR e em SC entre 1946 e 1988. Os mapas apresentados a seguir estão disponíveis no site www.itcg.pr.gov.br.

² UFPR. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História. Capes. E-mail: carlos.lui226@gmail.com.

³ UFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação em História. E-mail: roseli.boschilia@gmail.com.

Curitibanos' aos que lhe estavam visindarios (...)" (CARNEIRO, 1944, p. 87). Duas características da fala de David Carneiro eram recorrentes em outros livros e também em documentos oficiais produzidos até então. Primeiro, a "certeza" de que o território "sempre" pertenceu ao Paraná. Não se questionava nem se colocava em dúvida este pensamento. Portanto, neste sentido, o Acordo de 1916 "foi" um ato de espoliação das terras paranaenses. Segundo, o senso de perda permeava o discurso de políticos e a escrita dos que se propunham a pensar as questões históricas do Paraná. Esta "certeza" e senso de perda são recorrentes inclusive em publicações recentes, como veremos mais adiante.

Outra característica, e que aqui mais nos interessa, é o uso dos mapas como provas da posse de um determinado território. Obviamente o citado autor não questionou toda a subjetividade destas representações. A produção cartográfica não pode ser vista apenas como resultado da técnica, de metodologias e problemas geométricos relacionados à concepção do espaço geográfico. "Muito mais profícuo é detectar o valor cultural que esta assumiu e que funções desenvolveu em determinadas sociedades, em épocas determinadas" (TUCCI, 1984, p. 138). No caso dos mapas citados por David Carneiro, não se duvida do seu uso prático e da tentativa de ser o mais preciso possível. Mas não podemos nos esquecer de que a produção cartográfica é marcada por pressupostos ideológicos e políticos. Cabe ainda ressaltar que espaço ou lugar são distintos do conceito de território. Este está relacionado "à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas (...)" (ANDRADE, 1995 Apud FRAGA; LUDKA, 2012, p. 6).

Outra característica dos mapas, salientada por alguns autores, é a antecipação de propósitos mais do que a representação do que "já existe". Benedict Anderson chamou a atenção neste sentido ao citar a tese do historiador tailandês Thongchai. Para este "Um mapa antecipa a realidade espacial e não vice-versa. Em outros termos, um mapa era um modelo para o que (e não um modelo do que) se pretendia representar". Um mapa é dessa forma "um instrumento para concretizar projeções sobre a superfície terrestre" (THONGCHAI, 1988 Apud ANDERSON, 2008, p. 239).

O Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná em 1988, Osmar Fernandes Dias, escreveu que "Na placidez colorida de suas linhas, os mapas são enganosamente estáticos. Eles têm vida, no tempo e no espaço, alargam-se e estreitam-se (...). Os homens manipulam os mapas ao sabor de seus ideais, como fizemos com o Tratado de Tordesilhas" (ITCF,

2006, p. 7). Excetuando o fato de que o secretário não estava inserido no calor das discussões da época do Contestado, o que certamente mudaria sua maneira de se pronunciar, suas colocações são pertinentes. Os mapas do Contestado, como veremos, multiplicaram maneiras de discutir aquele território.

Adilar AntonioGigolini, do Departamento de Geografia da UFPR, observou que “O acompanhamento dos mapas permite visualizar a sociedade paranaense se geografizando”. Ainda segundo este autor, percebe-se as técnicas que surgem e desaparecem e outras tantas que ainda permanecem. Há também “os projetos, estratégias, insinuações, suposições e ações políticas, culturais e simbólicas que dão sentido à materialidade”. Para ele, um mapa é mais que um pano de fundo e “representa não a realidade, mas uma realidade desejada!” (ITCF, 2006, p. 5).

De maneira resumida, o que podemos afirmar é que os fatores políticos, ideológicos e culturais são tão importantes quanto as exigências técnicas na confecção de um mapa. Não há como afirmar que alguns destes elementos constituiriam a “lógica” da cartografia e que os demais seriam secundários ou, no limite, “desvirtuamentos” desta lógica. O estudo de sua gênese é que pode nos mostrar quais destes elementos foram mais relevantes em sua confecção. Temos então que ao mesmo tempo em que vamos analisando o processo de sua produção poderemos perceber certas características dos embates políticos e culturais vigentes no contexto de elaboração destes complexos documentos. Neste sentido, os mapas não são apenas reflexos, mas, fragmentos intrinsecamente relacionados a discussões amplas e complexas.

Todos os mapas apresentados neste artigo são do período republicano, pois só a partir do novo regime o assunto do Contestado ganhou espaço na cartografia paranaense. Isto se deve principalmente à constituição de 1891 que delegou aos estados a responsabilidade sobre as terras devolutas. O território passaria a partir daí por um novo arranjo geopolítico.

Mapas do Contestado: traços da discórdia.

O título “Mapa da zona colonizada do Estado do Paraná” nos ajuda a entender duas características que são bem marcantes na representação de 1892 (figura 1). Primeiro, um recorte que deixa de lado a maior parte do território paranaense, salientando a zona contestada com Santa Catarina. Segundo, a marcação de quase uma centena colônias, tanto públicas quanto particulares. Em sua mensagem àAssembléia do PR em 1892, o governador Francisco

Xavier da Silva (1838 – 1922) salientou a importância destes dois assuntos. Dizia-se satisfeito pelo fato de o presidente de SC, Tenente Manoel Joaquim Machado (1863 – 1913), ter aceitado a proposta de uma comissão formada por representantes de ambos os estados para a demarcação de limites⁴. Mais adiante, dizia que o “Estado é imensamente rico, e sua opulência consiste nas terras devolutas que lhe ficaram pertencendo por força do disposto no artigo 64 da Constituição Federal”⁵. Tratava-se da constituição de 1891, que passou para a administração dos estados as terras devolutas antes pertencentes ao governo brasileiro. Uma nova relação entre proprietários e estado passou então a existir e isso também justificou esta produção cartográfica, visando organizar as ações sobre território agora em mãos do Paraná. A instalação dos imigrantes se baseava na política de povoar as margens do rio Iguçu. Um dos motivos seria a navegação fluvial que sofria com sério déficit à época. Note-se também a instalação de colônias à esquerda do rio Negro (Campos da Estiva), em território contestado (ITFC, 2006, p. 14). Outro detalhe importante é o nome de SC colocado a leste do rio Preto, considerado limite pelos paranaenses.

Há também a indicação dos “Terrenos do Estado não divididos em lotes” no quadro de convenções e que correspondem a muitos lugares no mapa, ou seja, corresponde a um projeto de colonização ainda em andamento. É o mapa representando ações e intenções.

Já o mapa produzido em 1896 (Figura 2) representa todo um esforço técnico e político que vinha sendo realizado a respeito das questões do Contestado bem como de todo o território estadual. A inserção do nome do governador José Ferreira Santos Andrade (1842 – 1900), que ocupou o cargo de 1896 a 1900, atesta a importância política e administrativa deste mapa. Do anterior este herdou a marcação das colônias acrescido das colônias militares do Chopim e de Chapecó. No quadro de “Convenções” a inscrição “Área dos Territórios invadidos 300 léguas?” faz óbvia menção ao Contestado. Inscrição similar: “Território invadido pelos Catharinenses” é inserido entre o rio Marombas e o rio do Peixe e nas proximidades de São Bento. A denominação “Sertão Desconhecido” aparece no extremo oeste e também nas proximidades da colônia Chapecó entrecruzada com a de “Índios Coroados”, e na região do rio Timbó junto com os dizeres “Índios Botocudos” e “Terrenos Devolutos”.

⁴PARANÁ. Mensagem do Governador do Estado, Francisco Xavier da Silva, enviada e lida perante o Congresso Legislativo do Paraná em 4 de Outubro de 1892, p. 9.

⁵PARANÁ. Mensagem do Governador do Estado, Francisco Xavier da Silva, enviada e lida perante o Congresso Legislativo do Paraná em 4 de Outubro de 1892, p. 15.

Note-se que todas estas referências revelam uma situação contraditória do estado, que reivindicava territórios ainda não inteiramente explorados. As linhas limítrofes do mapa definiam intenções mais do que um domínio efetivo sobre determinadas áreas do Contestado. Destacamos ainda duas inscrições. Uma decorrente de projeto de lei, limitava PR e SC pelo rio Canoas. Neste caso, Curitiba ficaria no PR. A outra, baseada no Decreto 3378 de 16 de janeiro de 1865, dava o rio Marombas como limite. Acompanha esta última, entre parênteses, os dizeres “Statu quo”. Desta forma o governo paranaense na época da elaboração deste mapa reconhecia que Curitiba estava, na prática, sob a jurisdição catarinense. Adiante, voltaremos a falar destas divisas ao analisarmos o mapa de 1911.

Não se pode esquecer também que este é o primeiro mapa paranaense após o Brasil e a Argentina finalmente resolverem suas pendências territoriais que diziam respeito também à região do Contestado entre Paraná e Santa Catarina por justamente abraçar parte do território disputado pelos dois estados. Conhecida como Questão de Palmas ou Questão das Missões, desenrolou-se entre os anos de 1890 e 1895 e teve como mediador o presidente norte-americano Grover Cleveland (1837 – 1908), que deu ganho de causa ao Brasil, motivo pelo qual existe no Paraná uma cidade com o nome de Clevelândia.

Assim como no primeiro mapa, o de 1908 (Figura 3) diz respeito a um trabalho mais específico, no caso, a rede viária. O destaque maior fica por conta da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, ainda em fase de construção. Multiplicavam-se estudos para novas ferrovias, exceto na região do Contestado. Antigos caminhos, alguns resultantes do tropeirismo, cruzavam em várias direções. A Estrada da Graciosa e as vias de acesso a Castro, União da Vitória, Ponta Grossa, Lapa e Rio Negro também ganharam traços mais fortes demonstrando sua importância. As colônias militares do Chopim e de Chapecó estão aí referenciadas. O rio Uruguai definia os limites com o RS e o rio Marombas limitava o estado com parte de SC. De Campo Alto em direção a Campo Alegre, chegando à pretensa divisa com o Paraná, o traço pontilhado evidenciava a indecisão dos limites. Curitiba, contornado por um destes antigos caminhos e referenciado pela cor predominante no restante do território, faz crer que a cidade ainda estava nas pretensões do Paraná.

Em 1911 um novo mapa é apresentado (Figura 4), desta vez contando com os resultados de intensa pesquisa realizada pelo historiador Romário Martins (1874 – 1948). Um dos mais ardorosos combatentes pela causa paranaense, ele perambulou por muitos arquivos em busca de documentos que comprovassem o “direito paranaense” pelo território em litígio. Foi um dos

responsáveis pela fundação do Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense. Ao apresentar este mapa em 1911 já estava em sua terceira legislatura como Deputado Estadual além de ser o diretor do Museu Paranaense desde 1908. Historiador e político se mesclavam neste personagem que publicou mais de uma dezena de trabalhos referentes ao assunto. Suas credenciais, aliás, foram salientadas no próprio mapa em lugar das costumeiras “convenções”. Qualificar o autor principal foi ao que parece uma forma de “legitimação” das informações fornecidas. Em um primeiro olhar o que mais chama a atenção é o contorno bem acentuado dos limites do estado. O rio Uruguai “é” a divisa mais ao sul do Contestado. Acompanhava esta última a longa inscrição em vermelho: “Limites entre as Capitânicas de São Paulo e do R. Grande do Sul, pelas Cartas e Avisos Régios de 1765, 1766, 1792, 1807, 1808 e 1809”. Nas outras possíveis divisas uma miríade de anotações ocupava o lugar dos traços que normalmente cumprem a tarefa de dizer até onde vai um território. É a característica mais importante desta representação. Estes escritos resumiam, de certa forma, o trabalho de pesquisa de Romário Martins na coleta e análise de vários documentos pertinentes ao assunto. Mais do que isso, era o resultado da interpretação paranaense sobre esta documentação. Neste mapa não há “terrenos devolutos”, “sertão desconhecido” e nem colônias. O espaço para dúvidas e contestações foi “empurrado” para onde o “Statu quo” do mapa de 1896 determinava. A porção de terras mais ao norte catarinense também continuava em aberto.

Também em vermelho, afirmações tais como “Território pretendido pelo Estado de S. Catharina”, “Zona invadida pelos catharinenses”, “Limites pelo Dec. n. 3378 de 16 de Janeiro de 1865” junto ao rio Marombas (o mesmo que encontramos no mapa de 1896). Este decreto fixava provisoriamente o território pelo rio Saí, Serra do Mar, rio Marombas, rio Canoas e rio Uruguai. Assim, Curitiba (ou parte dele) ficaria no Paraná. O Decreto foi derrubado por Aviso datado de 21 de outubro de 1866 (CABRAL, 1979, pp. 50-1). Notamos também que um dos documentos usados por SC para justificar suas pretensões, a Provisão Régia que criou a Ouvidoria em 1749, foi citada junto ao rio Negro até desaguar no rio Iguaçú, não incluindo este último como queriam os catarinenses.

Em 1912 a cartografia paranaense foi acrescida de mais dois mapas. O “Statu quo” continuava nos dois, tendo o rio Marombas como referência assim como o Decreto 3378 que o “margeia” permaneceu em um deles (Figura 5). Neste, de coloração mais incomum, adaptou o Brasão de Armas da República aos propósitos do estado. As estrelas foram substituídas pelo mapa paranaense com os limites territoriais pretendidos. Para os historiadores Ruy

Wachowicz e Jayme Antonio Cardoso “Este poderia ser considerado o mapa das utopias. O sucesso que as novas estradas de ferro estavam proporcionando em São Paulo e no resto do Brasil, levou o Governo Federal e os dos Estados a sonharem com a multiplicação das ferrovias no extenso território brasileiro”. Mas sem dinheiro apelavam para concessões de ramais “fantásticos e particulares”, esperando pelo “milagre” da “efetiva concretização” (ITCF, 2006, p. 24). E são estas ferrovias representadas por longas linhas que cortavam o estado em várias direções.

O outro mapa de 1912 (Figura 6), trazendo os nomes do presidente do estado, Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1864 – 1935), e do Secretário de Obras Públicas e Colonização, José Niepce da Silva (1876 – 1935), configurava-se desta maneira como a representação mais importante dentre os dois. A formal colocação dos nomes de referência esconde porem muitos desacordos entre os representantes oficiais aqui mencionados. De 11 a 14 de fevereiro de 1914, Niepce da Silva publicou no jornal, A Tribuna, quatro artigos intitulados “Desmascarando os Hypocritas”. Niepce criticou tanto o presidente do estado quanto o vice, Affonso Alves de Camargo (1873 – 1958), a propósito de compras e demarcações de terras. Reclamava da conivência de Carlos Cavalcanti em relação ao vice-presidente, que usava de seu cargo para ganho pessoal e partidário. Ainda sobre Affonso Camargo escreveu que “era admirável como o 1º vice-presidente de Estado se mantinha nesse posto, sem ser corrido a chicote pela onda popular”⁶. Como não obteve resultados, o secretário pediu demissão do cargo.

Neste mesmo ano, como sabemos, teve início o Movimento do Contestado. E os usos e abusos no trato jurídico e social da terra foram alguns dos agravantes das tensões que levaram a esta violência. Na mensagem do governo do estado daquele ano a Questão de Limites era o assunto de maior relevância. Relatava-se também sobre o remanejamento e catequese dos índios bem como acordos entre o estado e o governo federal para a implantação de colônias⁷.

Em 1919, passados três anos do Acordo, e novamente sob os cuidados de Romário Martins, o novo mapa do Paraná tomou forma (Figura 7). Mas como “fantasma” que ainda assombrava os paranaenses, o território catarinense é reproduzido em sua totalidade e a porção de terras a oeste do rio

⁶Jornal A Tribuna, 12 de fevereiro de 1914, p. 6.

⁷ PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do estado do Paraná pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, Ao Instar-se a 1ª sessão da II legislatura em 2 de fevereiro de 1912.

do Peixe apresentava matiz diferenciado. A referência ao Acordo de 1916 não foi esquecida. O norte do Paraná recebeu maior atenção e a estrada de ferro SP-RS foi também representada. Mas na representação de 1921 (Figura 8) e assinando como diretor do Museu Paranaense, Romário Martins (e o Paraná), pelo menos em matéria de produção cartográfica, viraram a página do Contestado.

Esta breve relação entre cartografia e as tensões geopolíticas nos dá uma pequena amostra da importância destas fontes. Neste sentido reafirmamos ainda que não correspondem à representação de algo dado, mas são fragmentos de enfrentamentos ideológicos em um determinado período histórico. Lembrando Bourdieu, “A fronteira nada mais é que o produto de uma divisão à qual se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” conforme o grau e a intensidade de semelhanças entre os elementos aí envolvidos (...)”. Neste sentido, elementos tais como “língua, habitat e maneiras culturais nunca correspondem perfeitamente” (BOURDIEU, 1996, p. 109). Ainda segundo Bourdieu “tão logo a questão regional ou nacional se coloca na realidade social, ainda que seja por obra de uma minoria atuante (...) é o mesmo que munir-se do instrumento capaz de dar conta mais completamente da “realidade”. Nesta “realidade” busca-se compreender e também prever algumas “potencialidades” nela contidas, com vias a atender “às diferentes pretensões subjetivas” (BOURDIEU, 1996, pp 112-3). A “fronteira” no Contestado movia-se incessantemente nestas disputas ideológicas, nestas “pretensões subjetivas”. E os mapas são fontes relevantes para a análise destas “pretensões”. Esta análise da gênese de uma determinada cartografia é uma das abordagens que podemos efetuar entendendo assim seus propósitos de confecção bem como perceber algumas características de seu contexto de produção.

Mas a partir de um determinado momento as representações cartográficas que visavam principalmente a Questão de Limites, assim como tantos outros documentos, “adormeceram” no fundo dos arquivos, substituídas por novas representações que atendiam a outras demandas. A partir daí outros usos foram atribuídos a estas fontes quando solicitadas em outros contextos.

A “permanência” do território “perdido”

Romário Martins, na sua História do Paraná de 1939, ainda falava em “zonas usurpadas ao Paraná por Santa Catarina” (MARTINS, 1995, p. 454). E David Carneiro, já mencionado, em sua análise da historiografia paranaense da

primeira metade do século XX, afirmava que “Assim como o ansêio de emancipação teria preparado a série de políticos eminentes que deu o Paraná durante o segundo reinado, o assunto do Contestado preparou o espírito dos historiadores para as pesquisas que realizaram e as obras que escreveram” (CARNEIRO, 1952, p. 208). O “assunto do Contestado” salientado por David Carneiro referia-se exclusivamente a Questão de Limites. Não há referência em seu livro à guerra que por quatro anos assolou a região. A obra foi escrita entre 1951 e 1952 (quando David Carneiro presidia o Centro de Letras do Paraná) como “participação ativa”, segundo o próprio autor, das comemorações do centenário de emancipação política do estado (1953).

Na mesma época, assim como Carl Friedrich Philipp von Martius (1794 – 1868) havia proposto no século XIX a respeito da história nacional, Brasil Pinheiro Machado (1907 – 1997) delineou os caminhos para se escrever a história regional. Sua “Sinopse da História Regional do Paraná” também estava relacionada às comemorações do centenário. Nela, Pinheiro Machado propôs 22 capítulos que englobavam desde os tempos da Colônia até a “diretriz política e administrativa” seguida após 1930. Sobre a Questão de Limites escreveu que esta “agitou largo período da época republicana no Paraná” e que merecia ser tratada em “capítulo especial”. “Donde: o capítulo décimo sexto da história do Paraná versará sobre as questões de limites interestaduais, especialmente a questão do Contestado. Suas origens, desenvolvimento, solução e consequências históricas” (MACHADO, 1951, p. 24). Note-se que o fio condutor era a longa pendência territorial. Presume-se, com esta proposta, que os embates armados entre caboclos e forças oficiais ocupariam lugar secundário nesta abordagem.

Neste viés no qual o território tem mais importância que os quatro anos de violência da guerra, os mapas vez por outra reaparecem e sem a devida contextualização. Exemplo é o livro lançado em 2012 reunindo as fotografias de Claro Jansson (1877 – 1954) na região do Contestado. A grande virtude do livro é mesmo o trabalho de Jansson. Mas algumas afirmações comprometem a obra. Exemplo é o pequeno texto “Aconteceu no Paraná”, do jornalista e historiador Ulisses Iarochinski. Além de manter o discurso do território perdido escreve que “Muito maior que a campanha de Canudos, o Contestado aconteceu no Paraná e só no Paraná... com sua gente e suas mazelas. A história é longa e vai ser contada... mas não agora. Revelando o contestado: um projeto de conhecimento” (JANSSON, 2012, p. 221). Colocações como estas em nada ajudam a aprofundar os estudos sobre o Contestado. No mesmo livro, a primeira imagem apresentada é a do mapa de 1896 (Figura 2), sem nenhum tipo de explicação. E na página 263, o mapa de 1911 (Figura 4) também é

apresentado sem mais considerações.

Também em 2012, outro livro, (HELLER, 2012), foi lançado baseado em pressupostos semelhantes. O autor, Milton Ivan Heller, insiste que a guerra foi fato ocorrido inteiramente em território paranaense, reproduz análise já feita da documentação usada pelos dois estados durante a Questão de Limites, entre outras repetições. Seu livro é apenas uma compilação de características, nomes e números sobre o Contestado que foram muito melhor analisados por outros autores. Se por um lado, para a análise do Movimento ou Guerra do Contestado esta obra é basicamente irrelevante, por outro importa no sentido de percebermos como algumas insistências jogam por terra recentes análises sobre o tema.

Considerações finais

Em nossa pesquisa estamos interessados nas formas como a memória, mais especificamente a “memória histórica” (HALBWACHS, 2006; NORA, 1993) foi se constituindo e, pelo menos em parte, apresentada em espaços como os museus, eles próprios produtos e vetores desta memória histórica. Georges Duby chamou a atenção a respeito das “ressurgências”, quando determinado acontecimento é revisitado com amplificado interesse e, principalmente, com novos olhares (DUBY, 1993, p. 230). Principalmente a partir da segunda metade do século XX parece haver no Paraná uma retomada, mesmo que tímida (tão tímida que talvez seja apenas uma variação de antigo descaso) em espaços como o museu da PM. Embora ainda em seu início, podemos fazer alguns apontamentos sobre imagens que nos fazem pensar a respeito da memória do Contestado.

Neste sentido citemos um exemplo bem curioso, neste caso não de reaparição, mas de permanência ainda que “silenciosa”. A estátua (Figura 9) em homenagem a José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845 – 1912), o Barão do Rio Branco, inaugurada em 19 de Dezembro de 1914⁸, ainda nos tempos do Movimento do Contestado, apresenta na parte frontal de seu pedestal um mapa em bronze do Brasil. Olhando mais de perto percebemos a antiga querela territorial. A comissão organizadora do monumento ficou a cargo do Cel. João Gualberto Gomes de Sá Filho (1874 – 1912) até sua morte nos campos do Irani. Responsável por solucionar questões de fronteiras entre o Brasil e alguns de seus vizinhos como a Argentina, o Barão teria sido cogitado

⁸A inauguração fazia parte das comemorações do 61º aniversário de emancipação política do estado.

por alguns paranaenses para participar da Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina. Assim, não foi à toa que o Contestado ganhou espaço no monumento ao Barão.

O Cel. João Gualberto é outro exemplo, desta vez no sentido mesmo de “ressurgência” (embora não de um olhar renovado) no centenário de 2012. Este é o “herói” paranaense do Contestado e que permanece na memória estadual como tal. Em Curitiba tem uma rua com seu nome e também é lembrando em um quadro que desde 2004 repousa no Museu Paranaense e que antes pertencia ao Museu Cel. David Carneiro (analisado em nossa pesquisa). Ao primeiro olhar a pintura lembra apenas a guerra e o “herói”. Mas a Questão de Limites aparece como pano de fundo. O muro de taipas, comum em fazendas do Paraná e de Santa Catarina, aqui serve de limite, de fronteira entre os dois estados. É como se o artista quisesse dizer que a fronteira, o território, foi conquistado e demarcado não pela força de algum ato político mas por desbravadores, os antigos “bandeirantes paranaenses” como queriam alguns. Na exposição realizada pelo Museu Paranaense em 2012, o “renovado interesse” que se depositou sobre o assunto pela passagem do centenário não trouxe a reboque um olhar mais crítico sobre o personagem em questão. O Cel. Gualberto saiu incólume da exposição. Continuava sendo o elemento da ordem, o “herói” do Contestado.

Quanto aos mapas, foco deste texto, os museus não dão a eles a devida atenção. Estamos analisando o Museu da Polícia Militar e o acervo do extinto Museu Cel. David Carneiro, hoje sob os cuidados do Museu Paranaense. Neste último, tendo como referência o ano de 2012, o mapa viário de 1908 (Figura 3) estava e ainda permanece exposto. Assim, isolado, apartado do conjunto apresentado aqui e que corresponde ao período de 1892 a 1921, não acrescenta quase nada ao olhar do visitante. Se é complicado apresenta-los permanentemente por suas dimensões físicas, se poderia fazer uma exposição de curta duração, pautada em uma problemática que desse ao visitante a possibilidade de um olhar mais criterioso sobre a gênese desta cartografia e sobre o processo histórico em questão. Da maneira como está, parece apenas corroborar o surrado discurso do território que era “nosso” e que “perdemos”.

Referências Bibliográficas.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. Tradução: Sérgio Miceli (et. al.). São Paulo: Edusp, 1996.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado**. 2. ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.

CARNEIRO, David. **A história da história do Paraná**: edição comemorativa do 1º centenário da Província e da inauguração da Sede do Centro de Letras do Paraná: Curitiba: Escola Técnica de Curitiba, 1952.

CARNEIRO, David. **História psicológica do Paraná**. Curitiba: João Haupt & Cia, 1944.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**: 27 de julho de 1214. Tradução: Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012); uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: **XII Colóquio Internacional de Geopolítica**. Bogotá, 7 a 11 mar/2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro: 2006.

HELLER, Milton Ivan. **A atualidade do Contestado**: edição do centenário da guerra camponesa. Curitiba: J.M. Editora. 2012.

ITCF. **Coletânea de mapas históricos do Paraná**: Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná. 2. ed. Curitiba: ITCF, 2006.

JANSSON, Claro. **Relevando o Contestado**: imagens do mais sangrento conflito social do Brasil nas lentes do sueco Claro Jansson. Curitiba: Imprensa Oficial, 2012.

MACHADO. Brasil Pinheiro. Sinopse da História Regional do Paraná (a ser publicada pelo Instituto, por ocasião do centenário da Província, em 1953). In: **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**. Curitiba, 1951.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara AunKhoury. In: **Projeto História**: revista do programa de estudos pós-graduados em história e do dpto de história da PUC-SP, nº 10, Dez/93.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

TUCCI, Ugo. Atlas. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, memória-história. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 130-157.

Abstract: Be the apparent "naturally" of their existence and use, either by negligence with we often look at a map, we miss the characteristics of their making and the dynamics of their utility. In no way innocent, cartographic production follows imbricated with political and military determinations more than "reproduce" something given, determines looks over an area embracing a territory under ideological presuppositions. Examining the maps idealized in Paraná State in the long issue of limits, we see the progress of geopolitical tensions existing Santa Catarina State. There are even a certain "permanence" of the subject in making maps after the Agreement as well as the constant "resurgence", like say Georges Duby, this dated cartography. It's about the dynamics of genesis and uses we want to develop some reflections, trying demonstrate the importance of the visual material for the study of the questions about the Contestado.

Key-Words: Question of Limits, Cartography, Representations.
